

O encaminhamento de negociações simultâneas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o comitê assessor dos bancos credores coloca difíceis obstáculos na tentativa do governo brasileiro de encontrar uma solução duradoura para a dívida externa. O fato de essas conversações, de ora em diante, terem de "correr na mesma pista, paralelamente", como afirmou o subsecretário do Tesouro, David Mulford, pode resultar em uma tropelia capaz de impedir que se chegue em breve ao desejado acordo.

Como se recorda, a estratégia do governo brasileiro com relação à dívida era, primeiro, ajustar os ponteiros com o FMI antes de iniciar as negociações com os credores. Como isso não foi possível, dada a insistência do Fundo em que o Brasil desse uma demonstração de boa vontade, resolvendo a questão dos juros em atraso, este acabou sendo o caminho adotado. No início de abril, depois de prolongadas negociações, concluiu-se um acordo com o comitê assessor que poderia ser tido como a primeira fase da negociação externa.

Naturalmente, as tratativas junto aos bancos internacionais deveriam prosseguir, inclusive para operacionalizar o lançamento

Difíceis negociações paralelas

de bônus, tal como previsto quando o Brasil concordou em pagar em dinheiro uma parcela de US\$ 2 bilhões neste ano. Mas presumia-se que a conclusão dessas negociações não tivesse um vínculo direto com as conversações com vistas à aprovação pelo FMI do programa econômico brasileiro. As autoridades monetárias não tinham pressa em que isso ocorresse, mas esperavam que, nos próximos três ou quatro meses, se pudesse evoluir para uma convergência de pontos de vista com aquela instituição internacional.

Em primeiro lugar, isso envolveria o equacionamento dos problemas relativos ao balanço de pagamentos. A posição do governo brasileiro a esse respeito, mais de uma vez manifestada, é de que de nada adiantaria o País comprometer-se com um volume de pagamentos que seria impossível manter e que levaria, como já duas vezes se verificou, a uma situação declarada ou tácita de moratória.

A expectativa, portanto, era que, em consonância com as intenções do Plano Brady, fosse possível obter a cooperação do FMI, assim como de outras instituições internacionais, para a redução do estoque da dívida. Quanto ao combate à inflação, é consenso hoje dentro do governo de que, depois da retração de 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado, o mais indicado seria um programa gradualista, pautado por uma política monetária rígida, austeridade fiscal e reforçado por uma série de reformas estruturais, como o governo já começou a colocar em prática.

Chegando a esse ponto é que o País poderia finalizar a negociação com os bancos credores, que, repetimos, não seriam indissociáveis de um acordo com o FMI. A realidade, hoje, é que o Brasil, depois de ter feito um acordo quanto aos juros em atraso, encontra-se em uma situação ambígua. Aparentemente, as autoridades brasileiras encontram hoje

em Washington um ambiente mais receptivo, tanto por parte do governo americano quanto de dirigentes de instituições financeiras internacionais. Tem-se a nítida impressão, contudo, de que o gesto de boa vontade quanto aos atrasados teve um efeito apenas superficial. O diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, queixa-se de que o governo brasileiro ainda não o procurou para iniciar um programa com a instituição, mas fazê-lo neste momento não parece apropriado, sendo ainda muito sensível um clima de pressões.

Não devem ser esquecidas, ainda, as repercussões negativas no plano interno da atitude dura do FMI, que pode, sem dúvida, influir sobre a disposição do Senado Federal, que deve aprovar todo o processo de negociação externa e que até agora se tem mantido solidário ao governo.

Seja como for, o Brasil não parece, neste momento, dispor de outra alternativa senão conduzir conjuntamente com o FMI e os credores negociações tão complexas. O interesse de todos é de que se evolua com presteza para um entendimento, que, pelo rumo que as coisas tomaram, talvez dependa de um acerto de cúpula.